

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

- Não se acolhe pedido em ação rescisória para modificar decisão transitada em julgada contrária a súmula persuasiva. [TST-RO-38-86.2018.5.17.0000](#), SBDI-II, red. p/ acórdão Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 20/02/2024.
- A juntada de procuração para suprir inépcia da petição inicial, após ter a parte alegado haver feito a emenda e o processo ser extinto, não afasta a preclusão já declarada. [TST-ROT-6278-43.2021.5.15.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 20/2/2024.
- Embora não seja requisito legal, deve o magistrado fiscalizar a regularidade na homologação judicial de acordo extrajudicial, inclusive com a oitiva do trabalhador, que deve ser rescindida caso se constate que ele não estava assistido por advogado e ignorava que dava quitação de todas as verbas do extinto contrato de trabalho. [TST-ROT-931-78.2021.5.06.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, 9/2/2024.
- A SBDI-II suscita Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade do art. 525, §15, do CPC, quanto à interpretação que permite a ação rescisória fundamentada em decisão proferida pelo STF após o biênio decadencial, por considerar que há risco de violação à garantia constitucional da coisa julgada. [TST-ROT-20117-10.2022.5.04.0000](#), SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, 6/2/2024.

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9^o, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [Informativo TST 283](#)

■ O Judiciário não pode impor à administradora de shopping a inclusão de cláusula restritiva do horário de funcionamento nos contratos firmados com os lojistas por falta de previsão legal. **TST-RO-1780-42.2016.5.09.0000**, SBDI-II, rel. Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 6/2/2024.

■ O agente comunitário de saúde tem direito ao adicional de insalubridade em grau médio após 4/10/2016, pelo simples contato ainda que intermitente com pacientes com doenças infectocontagiosas. **TST-RR-20649-74.2017.5.04.0641**, 2ª Turma, rel. Min. Maria Helena Mallmann, julgado em 7/2/2024

Com base no Tema 1046, do STF, são válidas normas coletivas que permitem o desconto dos valores correspondentes ao banco de horas negativo na rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador ou por justa causa.

TST-RR-116-23.2015.5.09.0513, 2ª Turma, rel. Min. Maria Helena Mallmann, julgado em 21/2/2024

■ Não é válida a redução unilateral dos salários dos empregados no período da COVID com base na MP 936/2020, que deve ser precedida de negociação.

TST-Ag-AIRR-10335-07.2020.5.03.0087, 3ª Turma, rel. Min. Mauricio G. Delgado, julgado em 7/2/2024

■ As funções de gari, faxineiro, serviços gerais de limpeza, coletor de resíduos sólidos e motoristas devem integrar a base de cálculo para a apuração do número de aprendizes a serem contratados pela empresa.

TST-Ag-AIRR-372-15.2018.5.09.0010, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 20/2/2024

■ Eventual falha humana, causada pelo estado de pânico que o risco da atividade laboral gerou, não demonstra a culpa exclusiva da vítima, operador de guindaste de grande porte, para afastar a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho que levou à morte do trabalhador. **TST-RR-199-57.2020.5.21.0019**, 3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 20/2/2024

■ Com base do Tema 1046, do STF, é válida cláusula normativa em que se reconhece que os trabalhadores que exercem atividade externa, com total autonomia para definir seus horários de trabalho e a forma de cumprimento de seus itinerários, estão

inseridos na exceção do art. 62, I, da CLT. **TST-RR-1000634-37.2019.5.02.0032**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 21/2/2024)

■ É válida cláusula do estatuto sindical que veda o voto de não associados ao sindicato em assembleias da categoria. **TST-RRAg-484-76.2021.5.09.0010**, 5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 21/2/2024.

Com base no Tema 1046, do STF, é válida cláusula normativa que estabelece piso salarial menor que o previsto na L. 3999/61 para os técnicos de laboratório.

TST-RR-515-16.2021.5.09.0069, 6ª Turma, rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, julgado em 21/2/2024

■ Não podem ser suprimidos o adicional de periculosidade e o adicional de turno no caso de trabalho remoto durante o período da Pandemia de Covid-19.

TST-RR-547-96.2020.5.05.0641, 7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 21/2/2024

■ Não é válido o “benefício social familiar” instituído por norma coletiva e cobrado pelo sindicato obreiro junto às empresas, o que configura forma de custeio patronal de sindicato de trabalhadores. **TST-Ag-AIRR-10135-48.2021.5.18.0054**, 8ª Turma, rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, julgado em 21/02/2024

■ O depoimento da parte que reside no exterior deve ser tomado por videoconferência, não sendo aplicável a pena de confissão. **TST-RR-21243-14.2017.5.04.0019**, 8ª Turma, rel. Des. Conv. Eduardo Pugliesi, julgado em 21/02/2024

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo